

## 2010

### 1ª Aplicação

1) A política foi, inicialmente, a arte de impedir as pessoas de se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. *Cadernos*. Apud BENEVIDES, M. V. M. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1996.

Nessa definição o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta.

Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- A) A distribuição equilibrada do poder.
  - B) O impedimento da participação popular.
  - C) O controle das decisões por uma minoria.
  - D) A valorização das opiniões mais competentes.
  - E) A sistematização dos processos decisórios.
- 

2) O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levam ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante.

A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- A) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
  - B) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
  - C) compaixão quanto à condenação dos servos
  - D) neutralidade diante da condenação dos servos.
  - E) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe
- 

3) A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.

FOUCAULT, M. *Aula de 14 de janeiro de 1976*. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é

- A) combater ações violentas na guerra entre as nações.
  - B) coagir e servir para refrear a agressividade humana.
  - C) criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
  - D) estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
  - E) organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.
- 

4) A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é produto da relação interpessoal e social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para o exercício de um pensar e agir autônomos. A relação entre ética e política é também uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza dos valores sociais para organizar também uma nova prática política.

CORDI et al. **Para filosofar**. São Paulo: Scipione, 2007 (adaptado).

O Século XX teve de repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade.

Sob esse enfoque e a partir do texto, a ética pode ser compreendida como

- A) instrumento de garantia da cidadania, porque através dela os cidadãos passam a pensar e agir de acordo com valores coletivos.
  - B) mecanismo de criação de direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.
  - C) meio para resolver os conflitos sociais no cenário da globalização, pois a partir do entendimento do que é efetivamente a ética, a política internacional se realiza.
  - D) parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses e ação privada dos cidadãos.
  - E) aceitação de valores universais implícitos numa sociedade que busca dimensionar sua vinculação a outras sociedades.
- 

5)



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: "regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos."

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta "vacina" contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

- A) impedir a contratação de familiares para o serviço público.
  - B) reduzir a ação das instituições constitucionais.
  - C) combater a distribuição equilibrada de poder.
  - D) evitar a escolha de governantes autoritários.
  - E) restringir a atuação do Parlamento.
- 

6) Na ética contemporânea, o sujeito não é mais um sujeito substancial, soberano e absolutamente livre, nem um sujeito empírico puramente natural. Ele é simultaneamente os dois, na medida em que é um sujeito histórico-social. Assim, a ética adquire um dimensionamento político, uma vez que a ação do sujeito não pode mais ser vista e avaliada fora da relação social coletiva. Desse modo, a ética se entrelaça, necessariamente, com a política, entendida esta como a área de avaliação dos valores que atravessam as relações sociais e que interliga os indivíduos entre si.

SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1992 (adaptado).

O texto, ao evocar a dimensão histórica do processo de formação da ética na sociedade contemporânea, ressalta

- A) os conteúdos éticos decorrentes das ideologias político-partidárias.
  - B) o valor da ação humana derivada de preceitos metafísicos.
  - C) a sistematização de valores desassociados da cultura.
  - D) o sentido coletivo e político das ações humanas individuais.
  - E) o julgamento da ação ética pelos políticos eleitos democraticamente.
-